COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.302, de 2012.

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Autor: Deputado LAERCIO OLIVEIRA

Relator: Deputado JOÃO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

A Proposição em epígrafe visa alterar a legislação sobre licitações e contratos, alterando a redação do inc. XV e acrescentando parágrafo ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O referido artigo trata das hipóteses que ensejam a rescisão do contrato. No caso do inciso XV, elimina-se a parte final do texto, que permite ao contratado optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que a Administração regularize os pagamentos devidos, quando o atraso for superior a 90 dias. A supressão desse trecho viabiliza a rescisão pura e simples do contrato. No caso do parágrafo acrescentado, prevê-se a suspensão do cumprimento das obrigações do contratado, quando a obra, serviço ou fornecimento, ou parcela destes, quando já recebido ou executado, qualquer que seja o atraso.

O Autor justifica a iniciativa alega que, quando há atraso superior a 90 dias, o contratado deve suportar a totalidade dos custos relativos à obra, serviço ou fornecimento a seu cargo, sem contar com o fluxo de receita que havia legitimamente previsto quando celebrou o contrato com o Poder Público. Este também seria prejudicado, pois os preços estariam inflados diante da simples possibilidade de atrasos, a título de compensação financeira ao contratado. Alega, ainda, que tal prática dá ensejo à corrupção, podendo os administradores com isso pressionarem os contratados.

A Proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Projeto foi aprovado, com votos discordantes. O Relator considera que o inadimplemento gera um ônus insuportável para o contratado, impedindo-o de honrar as obrigações assumidas, provocando desequilíbrio econômico-financeiro.

Nesta Comissão, a matéria deverá ser examinada quanto aos aspectos de natureza orçamentária e financeira, e quanto ao mérito.

A última etapa é a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, X, "h", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão, além de seu mérito, o exame da Proposição quanto aos aspectos orçamentários e financeiros públicos, de que importe aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

Ao facultar ao contratado pela Administração a suspensão do cumprimento de suas obrigações em caso de atraso no pagamento, o Projeto reveste-se de caráter essencialmente normativo, sem impacto quantitativo direto, do ponto de vista orçamentário ou financeiro públicos.

Quanto ao mérito, em que pese a elogiável preocupação de seu Autor, a Proposição oferece sérios riscos à execução dos contratos administrativos. A possibilidade de rescisão pura e simples nos casos de atrasos superiores a 90 dias é de consequências extremas, à medida que compromete a continuidade de projetos que, por eventuais insuficiências de caixa, sejam prioritários e inadiáveis. A situação atual é bem mais razoável: o contratado tem a prerrogativa de interromper a execução de obras, serviços ou fornecimento, o que enseja negociações com vistas à retomada dos trabalhos. A rescisão, em tais

circunstâncias, provavelmente não conduz à solução das dificuldades e torna os prejuízos irreversíveis para ambas as partes. A proposta de suspensão da execução pelo simples atraso de *qualquer* pagamento é ainda mais radical: traria enorme instabilidade à relação contratual e, até certo ponto, não tem precedente nas relações entre agentes privados, em particular nos contratos a médio e longo prazo. Além disso, alegar-se que os contratados inflam os preços em função dos prováveis atrasos nos pagamentos é quase uma justificativa para práticas condenáveis e inaceitáveis, que, quando ocorrem, são a manifestação de um verdadeiro conluio. Tudo nos leva a crer ou a esperar, que, no atual estágio de desenvolvimento do País, as relações entre o Poder Público e os agentes privados se pautem pela seriedade e pela responsabilidade.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos orçamentário e financeiro públicos, e, quanto ao mérito, voto pela rejeição do PL nº 4.302, de 2012.

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2013.

Deputado JOÃO MAGALHÃES
Relator